

## PARECER/2021/10

### I. Pedido

1. A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias solicitou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) emissão de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 237/XIV/1.<sup>a</sup>, *que altera o regime da procriação medicamente assistida, permitindo a inseminação post mortem para realização do projeto parental claramente estabelecido (sétima Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho)*, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º, e com o n.º 4 do artigo 36.º, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD.

### II. Análise

3. O Projeto de Lei introduz alterações nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 32/2006, relativos à inseminação *post mortem* e à determinação da paternidade da criança nascida na sequência da sua utilização.

4. Na redação agora projetada para o artigo 22.º, faz-se depender a licitude da inseminação *post mortem*, bem como da transferência *post mortem* de embrião, de projeto parental claramente estabelecido por escrito antes do falecimento do pai.

5. Tal disposição carece de regulação, sob pena de inexecutabilidade ou de muito difícil executabilidade. Na verdade, importa definir as condições que asseguram que a referida declaração escrita (que formaliza o projeto parental) cumpre a finalidade visada, tendo em conta o falecimento, entretanto ocorrido, de um dos autores da declaração. Desde logo, requisitos relativos à autenticação da declaração escrita, bem como regras quanto à entidade junto da qual deve a mesma ser apresentada. Aliás, por razões de certeza jurídica, deveria ser equacionado um registo centralizado deste tipo de declarações.

6. Repare-se que a aplicação do artigo 22.º implica um tratamento de dados pessoais, pelo que deve nele, pelo menos, ser determinado quem é o responsável pelo tratamento e os demais requisitos que assegurem que é cumprida a finalidade do tratamento, uma vez que estes dados estão sujeitos ao regime do RGPD, por determinação do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

7. Importa ainda considerar a aplicação, neste contexto, do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que determina que os direitos previstos no RGPD são exercidos por quem o falecido tenha designado ou, na falta de designação, pelos seus herdeiros. Em especial, para considerar a hipótese de um herdeiro (por exemplo, um filho de um anterior casamento ou de outra relação) vir exercer o direito de eliminação ou apagamento dos dados pessoais no âmbito deste tratamento (v.g., nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do RGPD).

8. Para além das dificuldades que a própria aplicação do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 58/2019 suscita, e que se prendem com a ausência de definição dos procedimentos e da forma de manifestação de vontade do titular dos dados quanto aos tratamentos *post mortem* dos seus dados pessoais, o que torna impossível ou muito difícil ao responsável pelo tratamento e aos herdeiros saberem se alguma vontade foi manifestada, afigura-se imprescindível que, nesta alteração do regime da inseminação *post mortem*, se determine se se aplica, e em caso afirmativo em que termos, o regime previsto naqueles preceitos do artigo 17.º da Lei n.º 58/2019.

### III. Conclusão

9. Com os argumentos acima expostos, a CNPD recomenda que o artigo 22.º seja densificado, especificando-se os requisitos relativos à autenticação da declaração escrita que formaliza o projeto parental, bem como as regras quanto à entidade junto da qual deve a mesma ser apresentada, e demais elementos essenciais do tratamento de dados pessoais.

10. Em especial, recomenda-se que se articule este regime com o regime do exercício pelos herdeiros da pessoa falecida dos direitos previstos no RGPD, máxime o direito à eliminação ou apagamento dos dados pessoais.

Aprovado na reunião de 26 de janeiro de 2021



Filipa Calvão (Presidente)